

JOVENS QUILOMBOLAS E A MOBILIDADE DO TRABALHO NAS COMUNIDADES DA POÇA E DO MANDIRA, NO VALE DO RIO RIBEIRA DE IGUAPE – SÃO PAULO

LES JEUNES QUILOMBOLAS ET LA MOBILITÉ DU TRAVAIL DANS LES COMMUNAUTÉS DE LA POÇA ET DU MANDIRA, DANS LA VALLÉ DU FLEUVE RIBEIRA DE IGUAPE – SÃO PAULO

Júlio César SUZUKI¹
Marcos Henrique MARTINS²

RESUMO

A exclusão sempre fez parte da história do negro no Brasil: se antes de forma visivelmente brutal e socialmente aceita, hoje de forma veladamente brutal e socialmente invisível. Um ganho significativo relacionado à história do negro no Brasil está incorporado nos termos do artigo 68 dos Atos das Disposições Transitórias da Constituição Federal de 1988, que declara o direito aos remanescentes das comunidades quilombolas, que estejam ocupando suas terras, da propriedade coletiva e definitiva das mesmas. As novas oportunidades conquistadas pelas comunidades quilombolas apresentam um caráter contraditório: ao mesmo tempo em que buscam garantir a permanência dos remanescentes de quilombo, acabam por facilitar o processo emigratório, especialmente a saída dos indivíduos mais jovens da comunidade, tornando-se assim, em primeiro lugar, mecanismos perversos de expropriação. Neste sentido, procuramos analisar as relações contraditórias estabelecidas pelos jovens quilombolas e os processos de expropriação de que eles participam nas comunidades da Poça e do Mandira. A este respeito, a nossa metodologia de pesquisa consistiu na realização de trabalho de campo com entrevistas, séries fotográficas e mapeamentos, o que permitiu verificar que os jovens quilombolas emigram para as cidades em busca de melhores condições de vida. No entanto, o espaço urbano é muito instável e incerto e há, nestes espaços, símbolos que se opõem aos trazidos pelos jovens quilombolas.

PALAVRAS-CHAVES: Mobilidade do Trabalho, Jovens Quilombolas, Poça, Mandira.

RÉSUMÉ

L'exclusion a toujours fait partie de l'histoire des Noirs au Brésil: si longtemps, la période historique de l'esclavagisme a condamné la population noire à vivre dans la violence et dans la soumission, les personnes de couleur vivent aujourd'hui dans un climat ségrégationniste et brutal, bien qu'il soit socialement invisible. Les « quilombolas » brésiliens ont conquis un droit très important avec la consolidation de l'article 68 des Actes des Dispositions Transitoires de la Constitution Fédéral de 1988. Les nouvelles opportunités conquises pour les

¹ Professor do Departamento de Geografia/FFLCH/USP. E-mail: jcsuzuki@usp.br

² Graduando em Geografia/FFLCH/USP. E-mail: marcos.henrique.martins@usp.br

quilombolas après la reconnaissance de leur communauté comme « communauté quilombola » présentent un caractère contradictoire : tandis que ces nouvelles conditions tentent d'assurer la permanence des quilombolas dans ces espaces, en fin de compte elles facilitent l'exode des jeunes individus de la communauté. Dans ce sens, nous souhaitons analyser les relations contradictoires établies par les jeunes *quilombolas* et les processus d'expropriation à laquelle ils participent dans les communautés de la Poça et du Mandira. A cet égard, notre méthodologie de recherche a consisté à effectuer des travaux sur le terrain, avec des entretiens, des photographies et des cartes. Les jeunes « quilombolas » cherchent de meilleures conditions de vie quand ils émigrent vers les villes. Cependant, l'espace urbain est très instable et incertain et il y a dans cet espace des symboles qui s'opposent à ceux que ces jeunes apportent avec eux.

LES MOTS-CLÉS : Mobilité du Travail, Jeunes Quilombolas, Poça, Mandira.

INTRODUÇÃO

Os remanescentes de quilombo são comunidades tradicionais constituídas de pequenos camponeses descendentes de africanos que possuem modos de vida particulares e que estão integradas na sociedade brasileira de modo precário, instável e marginal, como é possível de se constatar, em geral, na condição dos negros no Brasil. No estado de São Paulo, as comunidades afrodescendentes rurais estão, sobretudo, na parte Sul, no Vale do Ribeira de Iguape Paulista, a região mais pobre do Estado, inseridos subalternamente nos processos e dinâmicas espaciais, tanto no que concerne ao mercado de trabalho, quanto aos vínculos políticos e à interferência cultural.

Os casos das comunidades quilombolas do Mandira e da Poça são exemplares na leitura de caminhos distintos trilhados por sujeitos com origens étnicas semelhantes, mas com mediações diversas com o ambiente em que se inserem; ambas no Vale do Ribeira paulista, porém a primeira com práticas caiçaras muito fortes, enquanto a segunda transformada em pequenos produtores, inicialmente, policultores e, em seguida, monocultores na produção de banana.

As novas oportunidades conquistadas pelas comunidades quilombolas apresentam um caráter contraditório: ao mesmo tempo em que buscam garantir a permanência dos remanescentes de quilombo, reconhecendo sua origem comum, sua cultura e tradição, garantindo assim a titulação de suas terras e o acesso às políticas especiais do Estado, acabam por facilitar o processo emigratório, especialmente a saída dos indivíduos mais jovens da comunidade, tornando-se assim, em primeiro lugar, mecanismos perversos de expropriação.

Tendo como sentido a compreensão da alteridade e da intersubjetividade entre os jovens quilombolas em relação às alterações do modo de vida da comunidade de remanescentes de quilombo da Poça e do Mandira, no Vale do Ribeira de Iguape, no Estado de São Paulo, estruturamos nossa análise com base em duas escalas, uma delas circunscrevendo os fenômenos de ocorrência local, tendo como foco as comunidades da Poça e do Mandira enquanto *locus* de vida e atividade humana e social, dando enfoque ao reiterativo e ao *Cotidiano*; e outra mais ampla, relativa aos fenômenos mais gerais,

da *História*, da sociedade em geral, cujas relações não podem escapar ao adjetivo *capitalismo*. Procuramos, com isso, não uma fragmentação da realidade, mas, ao contrário, demonstrar como o *Cotidiano* e a *História*, aparentemente distintos, se completam (MARTINS, 2008). Antes, procuramos compreender *como e porque* o Cotidiano se aparta da História no seio da *reprodução ampliada de capital*. Para isto, retomamos noções e conceitos fundamentais associados à *produção de capital* (MARTINS, 1975; 1997b; 2013), à *acumulação primitiva de capital* (MARX, 2013) e à *mobilidade do trabalho* (GAUDEMAR, 1977).

Auxiliados por esses instrumentos teóricos e munidos de dados coletados em campo junto às sociedades tradicionais, por meio da aplicação de questionários e da realização de entrevistas, bem como composição de séries fotográficas e mapeamentos, arrolamos um conjunto de fatores essenciais para a compreensão dos processos específicos de que participam as comunidades da Poça e do Mandira. São eles: a) o conflito ambiental; b) as disputas fundiárias; c) a atuação de agentes econômicos, como os atravessadores ou mesmo as organizações cooperativas; d) a forte influência da mentalidade urbana advinda da cidade, especialmente aquela associada à educação e aos meios de comunicação mais modernos³.

Esses são os elementos presentes no Cotidiano dessas comunidades e que as inserem no processo de produção de capital presente no seio da própria reprodução ampliada de capital. Neste sentido, a *emigração* e o *assalariamento* dos quilombolas estão entre os elementos mais importantes de nossa compreensão, pois garantem a emancipação e a realização da força de trabalho recém-produzida dos remanescentes de quilombo, completando parte essencial do processo de produção de capital que está associado à emancipação da força de trabalho. Ademais, a emigração possibilita a transferência do *trabalho necessário* e do *trabalho excedente*, enquanto parcelas do valor produzido pelo conjunto da comunidade e que seriam apropriadas pelo conjunto dos indivíduos que a constituem, para o processo de reprodução ampliada de capital.

Ao se inserir enquanto produtores de capital, agentes, portanto, da História de nossa Sociedade, os remanescentes de quilombos da Poça e do Mandira veem sua própria história sendo esquecida, para honra e mérito do avanço, do moderno, em detrimento do tradicional, daquilo que seria atrasado e impróprio. Seu cotidiano, ligado à temporalidade única da natureza e dos costumes religiosos e festivos, fica apagado, esquecido, engavetado na memória dos sujeitos mais velhos da comunidade, enquanto que os mais jovens se inserem cada vez mais nas múltiplas temporalidades da

³ Nestas comunidades, há forte interferência do mundo urbano-industrial, mediado pela presença do rádio (desde, sobretudo, os anos 1940), da televisão (há, aproximadamente, duas décadas) e da internet (nos últimos anos, tendo sido possível estender a rede de transferência de dados); estas com a chegada da energia elétrica, principalmente. Neste sentido de formas de inclusão subalterna, não é possível afirmar que sejam populações excluídas da sociedade nacional, mas, sim, incluídas de maneira precária, instável e marginal, concordando com as ponderações de José de Souza Martins (1997b).

modernidade, produzindo um novo *Cotidiano*, ligado ao tempo do relógio, ainda que produto de diversas temporalidades. Um *Cotidiano* admoestado pelo *esquecimento* da História, para o benefício do Capital.

Que futuro terão essas comunidades, mergulhadas como estão nesses processos? O que será o *remanescente de quilombo*, se desprovido de sua própria História, de seus próprios hábitos, de sua memória, em resumo, daquilo que garante a Alteridade e a Intersubjetividade que constituem singularmente cada comunidade quilombola?

A compreensão dos mecanismos da produção de capital que atuam no sentido da manutenção da reprodução ampliada de capital torna-se fundamental, pois possibilita pensarmos em ações que tendam a superar as contradições na busca incessante de rearmos não apenas o produtor à sua obra, mas o sujeito à sua História, ou seja, o sujeito a si próprio.

Destarte, alteridade e intersubjetividade são instrumentos de memória e identificação que servem de oposição ao *esquecimento* em que caem as comunidades quilombolas. A diferenciação que esses conceitos promovem deve se dar não em termos de raça ou espírito, mas em termos de definição da própria vida. Deve, portanto, ser indicativo de que o caminho que essas comunidades trilham atualmente é rumo ao fim, à sua total desagregação. É por isso que a noção de *remanescente de quilombo* deve se tornar *crítica*, ou seja, ser capaz de mobilizar uma luta na qual as escalas que utilizamos para análise sejam conscientemente apreendidas. Em outras palavras, tal noção deve ser capaz de ligar não somente o Cotidiano dos sujeitos mais velhos à História dos sujeitos mais velhos, como tem sido feito em inúmeros trabalhos, mas o Cotidiano fendido dos sujeitos mais jovens à sua História, que é a História de sua comunidade, sem deixar de ser a História da França do século XVIII, à qual sua consciência se liga irreversivelmente nas escolas marcadamente urbanas em que estudam.

As comunidades da Poça e do Mandira, portanto, estabelecem relações e estão associadas a processos mais amplos que os observáveis dentro dessas comunidades. A luta pela posse da terra e a permanência de seus indivíduos passam pelo processo de mobilização do trabalho. Tais relações e processos são determinantes para o seu futuro e compreendê-los, portanto, é uma ação não mais que necessária e não menos que fundamental.

Assim, procuramos analisar as relações contraditórias estabelecidas pelos jovens quilombolas e os processos de expropriação de que eles participam nas comunidades da Poça e do Mandira.

1. AS COMUNIDADES DA POÇA E DO MANDIRA

Localizada no extremo Sul do estado de São Paulo, no município de Cananeia, a Comunidade do Mandira (figuras 1 e 2) originou-se da doação das terras a Francisco Vicente Mandira, filho bastardo de Florêncio de Andrade com uma de suas escravas, por parte de sua meia-irmã Celestina Benícia de Andrade, em 1868; sendo que, no início do século XX, foi realizada uma tentativa de grilagem por parte do Coronel Cabral, cuja contestação, realizada por João Mandira, filho de Francisco Vicente Mandira, resultou na conquista definitiva das terras com seu registro em 1912, mesmo que, depois, em meados da década de 1970, metade das terras (aproximadamente 700 hectares) tenha sido comercializado, resultando na obrigatoriedade de alteração do local de residência dos moradores do núcleo mais antigo para o atual, o que contribuiu para o estabelecimento de restrições na reprodução do modo de vida de seus moradores, iniciadas com a definição do Parque Estadual Jacupiranga (PEJ), em 1969, sobre toda a área ocupada pela comunidade, proibindo novos desmatamentos para a realização da roça, bem como a criação de animais, como suínos, importantes na tradição culinária regional (RANGEL, 2011).

Comunidade Quilombola do Mandira

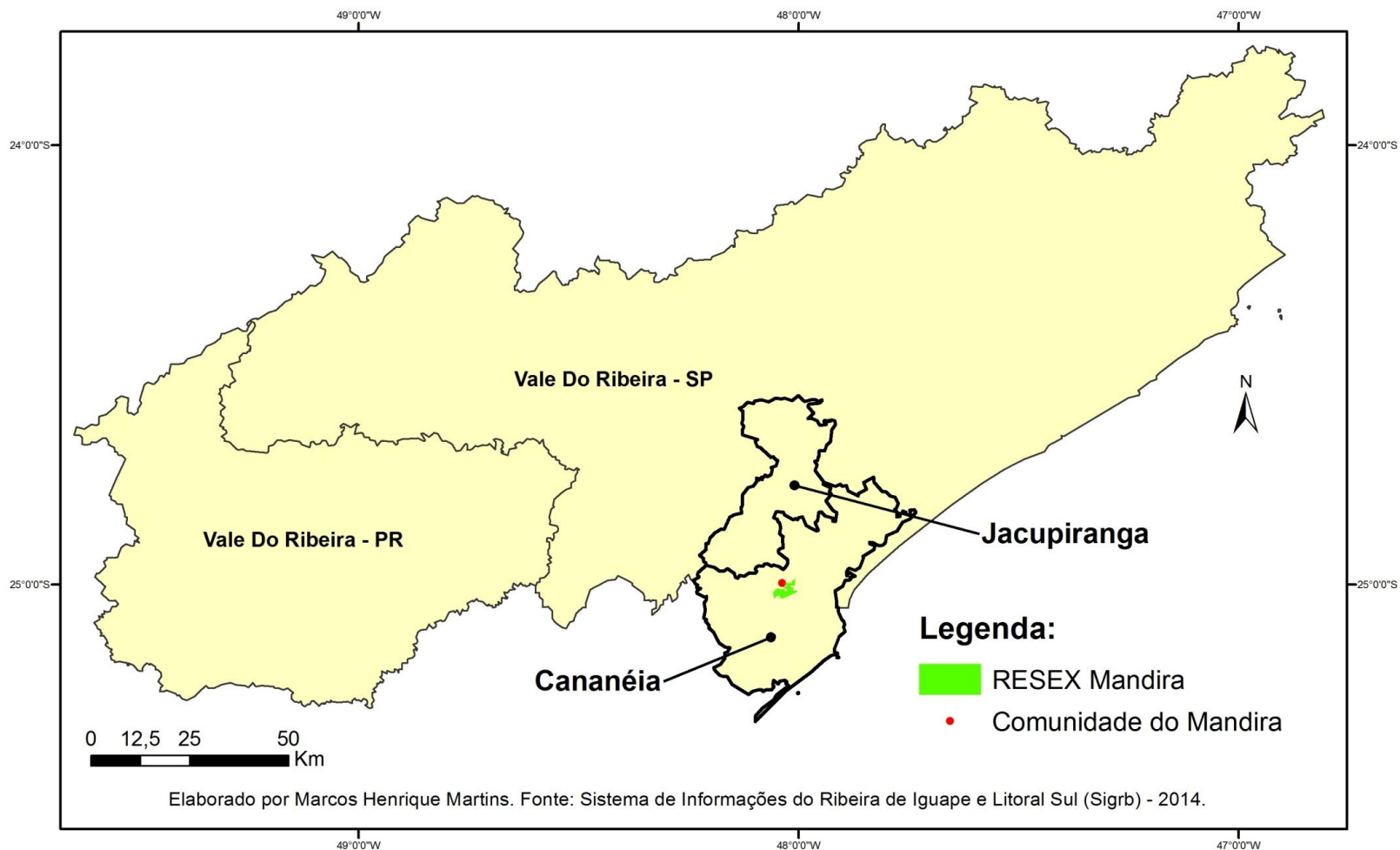


Figura 1 – Localização da Comunidade do Mandira e da Reserva Extrativista (RESEX) do Mandira no Vale do Rio Ribeira de Iguape, no Estado de São Paulo.

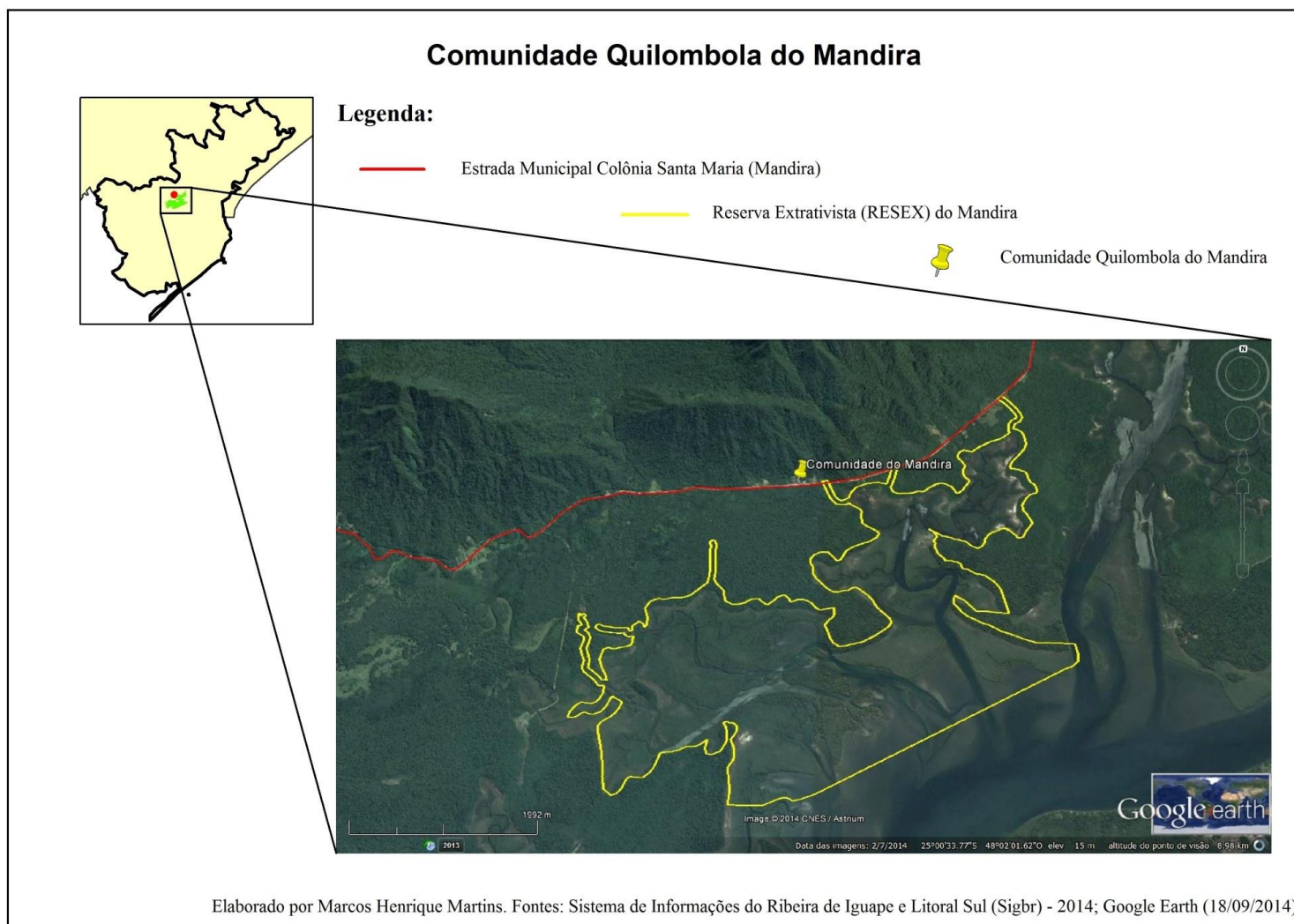


Figura 2 – Localização da Comunidade do Mandira e da RESEX do Mandira em Cananéia – SP, na Estrada da Colônia Santa Maria (Estrada do Mandira).

Para a Comunidade do Mandira, constituída de caiçaras (pescadores, cultivadores, criadores e extratores), então, com restrições quanto às possibilidades de reprodução do seu modo de vida, o caminho foi lutar pela conquista do território ancestral por sua ascendência africana, proporcionada pelos fundamentos garantidos pela Constituição Federal de 1988. Assim, em 2000, a Comunidade do Mandira obteve o reconhecimento como quilombo, em que, mesmo não tendo sido possível recuperar as terras ancestrais, já que o processo depende de recursos da União para o pagamento de direitos aos proprietários atuais, os seus moradores transformaram as práticas produtivas da coleta da ostra para sua engorda, com a criação da Reserva Extrativista do Mandira, cuja definição não pode incluir as terras ancestrais, por falta de recursos federais, mas se realizou nas áreas de manguezal, em 2002, por mais que nem todos os mandiranos estejam incluídos no seu uso.

A situação da Comunidade da Poça é bastante distinta. Situada à direita do Rio Ribeira de Iguape, na divisa dos municípios de Jacupiranga e Eldorado (figura 3), há indícios de que já estavam em suas terras seus primeiros moradores, Joaquim da Costa Campos e Rita de Campos, desde as primeiras décadas do século XIX, cujos filhos, Belisário de Campos e Joaquim Salvador de Campos, são os antepassados mais presentes na memória social do grupo. (CARVALHO, 2006)

Inicialmente voltados à policultura, os moradores da Poça passaram a sofrer forte pressão pelos fazendeiros que expandiam suas terras na região, restringindo a quantidade de terras ocupadas e a diversidade produtiva (SOUSA, 2011), o que conduziu para uma maior dependência com o mercado urbano, sobretudo nas trocas realizadas com as pequenas cidades de Eldorado e Jacupiranga, mas, também, com Registro, a capital regional que possui, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), aproximadamente 55.000 habitantes⁴. Assim, a partir dos anos de 1940/1950, foi se expandindo o cultivo da banana, inserindo seus produtores em redes de comercialização muito exploratórias, com a presença de intermediários que compram a produção local e a revendem nos grandes centros comerciais de São Paulo e Curitiba, capitais dos estados de São Paulo e Paraná, principalmente, distantes, aproximadamente, 250 Km da comunidade.

Dos 1400 hectares que conformavam as terras originalmente ocupadas por Joaquim da Costa Campos, 1116,16 são requeridos para delimitação a partir do reconhecimento da comunidade como quilombola, em 2008, pelo Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP), o que, ainda, se revela bastante restritivo para a reprodução de suas famílias; 41 segundo o relatório técnico-científico (CARVALHO, 2006) e 65 para os moradores da comunidade (SANTOS; TATTO, 2008).

As comunidades da Poça e do Mandira, assim, vivem situações de produção bastante distintas, em que a engorda da ostra, articulada, sobretudo, ao turismo acadêmico e ambiental, permite melhores ganhos aos moradores da segunda que o cultivo da banana para os da primeira. No entanto,

⁴ IBGE CIDADES. *Registro*. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br>>. Acesso em 04 jul. 2014.

mesmo que seus moradores sejam incluídos de forma menos precária na comunidade do Mandira que na de Poça, a diferença social de inclusão subalterna, definida por ser instável, marginal e precária, é o que marca as comunidades quilombolas do Vale do Ribeira paulista em geral.

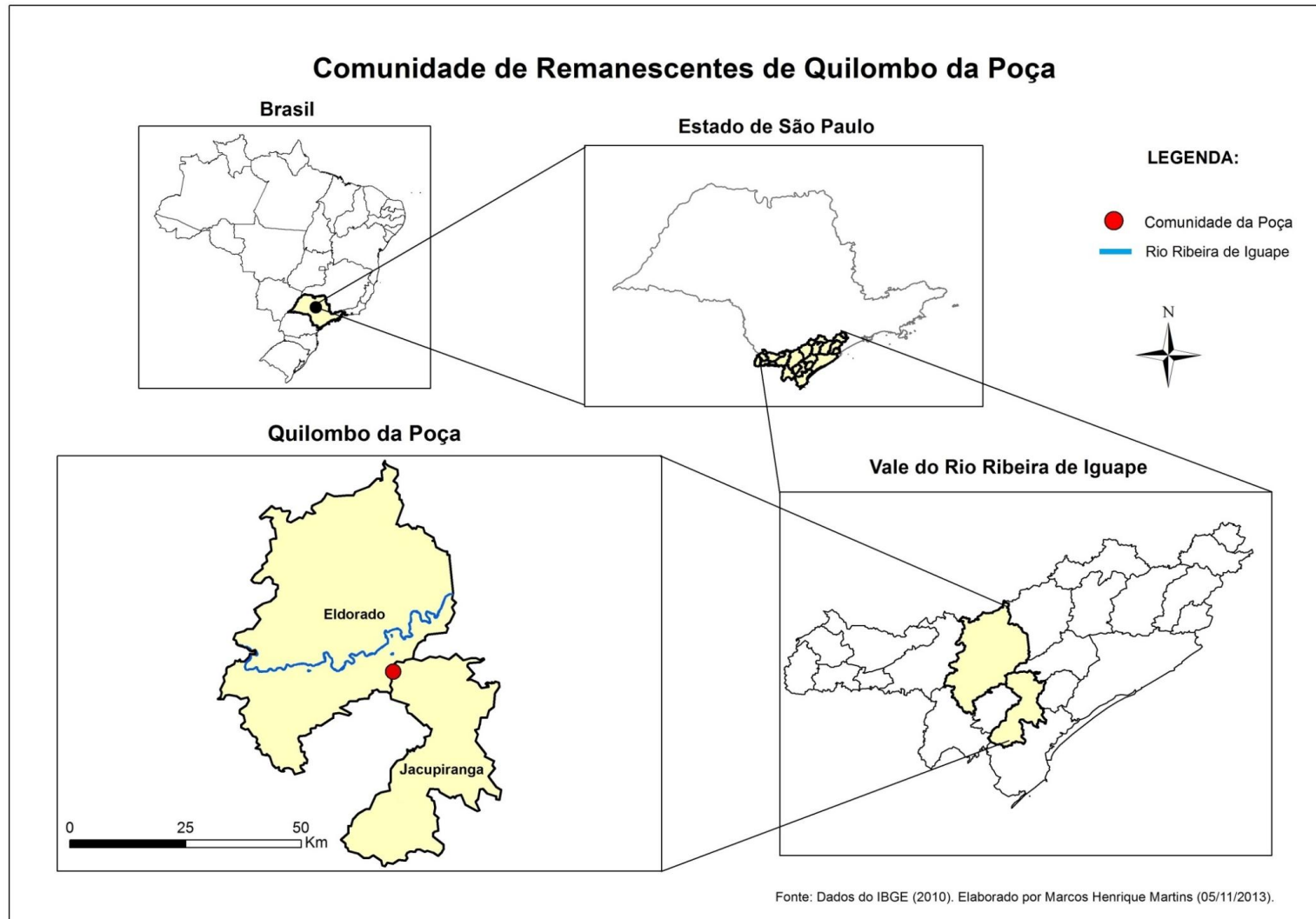


Figura 3 – Localização da Comunidade de Remanescentes de Quilombo da Poça.

2. MOBILIZAÇÃO DO TRABALHO E PRODUÇÃO DE CAPITAL

As políticas econômicas atuais, no Brasil e em outros países, que seguem o que está sendo chamado de modelo neoliberal, implicam a proposital inclusão precária e instável, marginal. Não são, propriamente, políticas de exclusão. *São políticas de inclusão das pessoas nos processos econômicos, na produção e na circulação de bens e serviços, estritamente em termos daquilo que é racionalmente conveniente e necessário a mais eficiente (e barata) reprodução do capital* (MARTINS, 1997a, p.20, grifo nosso).

a. O Caso da Comunidade da Poça

O processo de reconhecimento da comunidade da Poça como quilombola não foi fácil e, ainda hoje, esta comunidade não obteve o título de propriedade coletiva de suas terras, a despeito de um laudo antropológico que reconheceu o território da Poça em 2008 como sendo o espaço de vida de uma comunidade de ancestralidade afrodescendente.

O conflito pela demarcação das terras do quilombo da Poça se faz presente, sobretudo, no destino que será dado às terras da comunidade que pertencem atualmente a proprietários que não se reconhecem e nem são reconhecidos pela comunidade como remanescentes de quilombo: essas terras devem ser expropriadas pelo Estado para, posteriormente, serem oficialmente concedidas aos quilombolas. O espaço dos afrodescendentes da comunidade da Poça está, portanto, fragmentado pela presença de terceiros que não são reconhecidos como pertencentes à comunidade.

Aparentemente, as novas oportunidades conquistadas nos últimos anos com o reconhecimento da comunidade da Poça como sendo remanescentes de quilombo apresentam um caráter contraditório: ao mesmo tempo em que buscam garantir a permanência dos moradores, acabam por facilitar a saída dos indivíduos mais jovens da comunidade.

A juventude vem sendo foco de diversas pesquisas e análises sobre os mais variados aspectos. De acordo com Oliveira (2006), ela é um fenômeno social, um *estado de espírito* constituído pelo *indivíduo* em sua relação com o *outro*. Destarte, mais que a delimitação de uma faixa etária específica, o contato com os sujeitos de pesquisa e sua autoafirmação como *jovens* – como uma espécie de *identidade* – foram os principais critérios para a identificação desses sujeitos em nossa análise, corroborando a compreensão de Oliveira (2006).

Assim, “o termo juventude, e a forma como esse período particular da vida é destacado, refere-se a uma construção social e cultural que varia historicamente [...]” (OLIVEIRA, 2006, p.210), em que ser jovem hoje, na Poça, não é como ter sido jovem, na mesma comunidade, há mais de 40 anos.

A juventude, na Poça, tem início, atualmente, quando o indivíduo já se sente preparado para iniciar, por si só, sua própria biografia. É um caminho individual, muitas vezes adverso, cheio de instabilidades, incertezas e impermanências. Destarte, a juventude não se caracteriza como uma *fase da vida* apenas, mas como um *estado de espírito*. Segundo Oliveira (2006, p.215)

[...] a própria ideia de “moratória” da condição juvenil, como um período de espera e de suspensão para a realização de projetos ligados ao trabalho e às atividades vinculadas ao universo adulto, tem sido modificada. [...] Trata-se, agora, de uma noção que estaria ligada à **possibilidade diversificada de experimentação e vivência singulares**, em todas as esferas – trabalho, estudo, sexualidade –, de maneira diferente daquela do adulto. Isso implica a inclusão da diversão, do exercício do trabalho, mas com menos encargos e compromissos do que as pessoas que têm filhos e se casam; da disponibilidade para a experimentação, com vínculos menos definitivos – namoro, com mais liberdade e também alegria, graças ao maior vigor (OLIVEIRA, 2006, p.214, grifo nosso).

Portanto, o jovem é o sujeito que possui exatamente essa possibilidade de experimentar o novo e tem a oportunidade de vivenciar situações singulares. Em suma, “[...] a juventude define-se cada vez mais como uma fase de experimentação” (OLIVEIRA, 2006, p.214) e o jovem é aquele que “[...] vive o novo, ajudando a construí-lo, diferenciando-se a partir da forma como, singularmente, o faz” (OLIVEIRA, 2006, p.21).

Com o processo de urbanização que vem se processando na comunidade da Poça, especialmente entre os anos de 2000 e 2013, acelerado devido à atuação dos sujeitos mais jovens da comunidade⁵, sobre os quais a modernidade parece se efetivar mais fertilmente, a migração tem se tornado opção aparentemente viável de realização desses indivíduos enquanto sujeitos sociais.

Dos 10 emigrantes contabilizados por nós em trabalho de campo, 6 eram do sexo feminino e 4 do masculino. Oito desses emigrantes saíram da comunidade após 2004, principalmente entre os anos de 2010 e 2013, período no qual ocorreram 5 saídas. Destes emigrantes, apenas um, que havia saído em 1974, retornou à comunidade (no ano de 2013), mas relatou que iria permanecer na Poça por um período curto por não estar mais “acostumado com o lugar” (informação verbal)⁶, já que havia morado e trabalhado por muito tempo na cidade de São Paulo.

Os jovens quilombolas que emigraram nos últimos anos têm ocupado várias áreas, principalmente atividades do setor de serviços, como atendentes em lojas, serventes de pedreiro, telefonistas, garçons, e do setor secundário, como operários, predominando as atividades de baixa remuneração. Em geral, esses sujeitos têm migrado para cidades próximas do Quilombo (onde o custo de vida é mais baixo) ou para os grandes centros de Curitiba e São Paulo.

⁵ “Os mais conhecidos dentre os elementos do **sistema urbano de objetos** são a água, a eletricidade, o gás (butano nos campos) que não deixam de se fazer acompanhar pelo carro, pela televisão, pelos utensílios de plástico, pelo mobiliário “moderno”, o que comporta novas exigências no que diz respeito aos “serviços”. Entre os elementos do **sistema de valores**, indicamos os lazeres ao modo urbano (danças, canções), os costumes, a rápida adoção das modas que vêm da cidade. E também as preocupações com a segurança, as exigências de uma previsão em relação ao futuro, em suma uma racionalidade divulgada pela cidade. **Geralmente a juventude, grupo etário, contribui ativamente para essa rápida assimilação das coisas e representações oriundas da cidade [...]**” (LEFEBVRE, 1969, p.16-17, grifo nosso).

⁶ Entrevista ocorrida, no dia 25 jun. 2013, com o Senhor Antônio da Costa.

A decisão de migrar para alguma dessas cidades é tomada, pelos jovens, com base em vários fatores, sendo que um dos mais importantes é o indivíduo já possuir algum parente ou amigo que possa auxiliá-lo na cidade de destino.

Um dos moradores mais velhos da comunidade da Poça relatou-nos também que:

[...] o jovem, ele trabalha de dia, rala a noite pra ir estudar. Fica na escola, estuda desde sete até meia-noite, até chegar em casa. Agora estudar e fazer esforço pra estudar pra depois fica sofrendo aqui no mato? Então ele [o jovem] diz: “é melhor pegar meu rumo enquanto eu estou novo aqui” (informação verbal)⁷.

Pode-se concluir, portanto, que as condições econômicas desfavoráveis em que vivem os jovens quilombolas, somadas às atividades de baixa remuneração em que são empregados nas cidades faz com que esses indivíduos habitem as regiões dessas cidades que são comumente destinadas à grande parcela dos imigrantes e à população mais pobre em geral. Nas pequenas cidades, essas regiões encontram-se geralmente mais distantes de seus centros comerciais, enquanto que, nas metrópoles, como São Paulo, são as áreas degradadas dos centros comerciais, os conjuntos habitacionais e os bairros dormitórios que recebem, sejam os jovens quilombolas, seja a grande massa de migrantes que para aí se dirigem diariamente.

Houve uma mudança significativa nas práticas produtivas do quilombo da Poça, nos últimos 40 anos, segundo os relatos dos moradores mais antigos. Antigamente, a necessidade de um sistema de produzir específico ligado à *economia de excedentes* tornava necessária a transmissão, por meio das relações familiares, de um *modus operandi*, de valores e de costumes que eram essenciais a esta economia e às suas práticas agrícolas, o que, aliás, produzia também a consciência coletiva desses quilombolas. Com a alteração para uma *economia mercantil*, profundas mudanças estão se processando na comunidade da Poça.

Para Martins (1975, p.106), “[...] a mercadoria da sociedade caipira é o *excedente* e a sua economia é a *economia do excedente*, que engendra a sociedade e a cultura do excedente”. A *economia de excedentes* tem como base principal o fato de que os meios de vida do agricultor não são imediatamente estabelecidos pela mediação do mercado e que o excedente é calculado, pensado, não ocasional. O agricultor que estabelece esse tipo de economia sabe diferir o que come do que vende.

Nela [economia do excedente] o excedente já aparece como tal na própria produção. O essencial nessa interpretação é que **os meios de vida do agricultor não são imediatamente estabelecidos pela mediação do mercado**. Mesmo que o camponês venha a ter de comercializar também parte de seus meios de vida, ele *sabe* que está vendendo aquilo que originalmente fora destinado à sua subsistência. É diferente da

⁷ Informação fornecida em 29/03/2013.

situação do assalariado e mesmo do pequeno agricultor capitalista que, no momento da produção, *não sabe* e não pode distinguir entre o que vai constituir seus meios de vida e o que vai constituir o excedente expropriado pelo capital, num caso, ou destinado à sua própria acumulação, no outro (MARTINS, 1997b, p. 189, *grifo no original e grifo nosso*).

A base desse tipo de economia é a apropriação do excedente pelo produtor e o controle deste sobre a produção. Ele detém a *intencionalidade* de produzir um excedente que poderá comercializar para adquirir o que não pode produzir enquanto camponês. Os sujeitos desse tipo de economia “[...] dedicam-se principalmente à própria subsistência e secundariamente à troca do produto que pode ser obtido com os fatores que excedem às suas necessidades” (MARTINS, 1975, p.45). “O excedente é, assim, o artigo que adquire valor de troca porque há condições econômicas para sua comercialização e não porque tenha entrado nas relações de troca como resultado da divisão do trabalho” (MARTINS, 1975, p.46).

Destarte, a comunidade da Poça passou, no decorrer da sua história, de uma economia de excedentes, fundada na policultura, para uma economia predominantemente mercantil baseada na produção da banana. Nessa transição, o que se observa fundamentalmente é a mudança dos sujeitos que se apropriam do excedente produzido: se na economia de excedentes é o próprio produtor quem se apropria da riqueza excedente; ao contrário do que ocorre com a mercantilização massiva da produção, quando entram em cena outros sujeitos sociais, como o *atravessador*, por exemplo, que são os apropriadores principais deste excedente atualmente. Quanto a esses agentes, o Sr. José é categórico ao afirmar:

É que nós só trabalhamos com atravessador. Você sabe que peixe pequeno no meio de traíra não se cria. Não se cria. Nós só lidamos com atravessador. [...] Agora estão gritando que deu uma alta, mais num tem [banana]. É uma fruta, é uma lavoura, que o produtor que lida com banana é quando não tem vergonha mesmo. Porque é um negócio que ela não segura a coisa. Segurar segura. [Mas] Não dá dinheiro pra nós. [Por]Que nós não temos um ponto certo pra gente entregar. Ter um caminhão aí pra gente, uma estufa pra entregar. Porque dar dinheiro dá. A banana dá dinheiro. Dá dinheiro. Porque – por barato que seja – é uma lavora que dá diariamente. [...] Só que o custo dela bate na capela [é alto]. Que come a gente, come (informação verbal)⁸.

As alterações advindas da mudança da economia do excedente para a economia mercantil ainda não provocaram a total desvalorização das relações familiares, que são a base do modo de vida quilombola. Porém, as dificuldades de viabilização econômica da comunidade da Poça estão enfraquecendo os laços familiares em favor dos mais jovens.

⁸ Entrevista realizada com o Senhor José, no Quilombo da Poça, em 29/03/2013.

Frente a essas dificuldades, o caminho encontrado pelas famílias é a emigração desses indivíduos.

Se as novas oportunidades conquistadas com o reconhecimento da Poça como remanescente de quilombo facilitar a saída do jovem, e não sua permanência, como era de se esperar, isso levará ao envelhecimento da comunidade, que aos poucos pode desaparecer. Além do mais, o conhecimento relativo às práticas produtivas mais tradicionais da comunidade que estão sendo perdidas depende de uma tradição não apenas oral, mas também de uma tradição experiencial, visual, para sua reprodução.

Sobre o dilema migratório, é preciso que se diga que não há um consenso entre estudiosos e pesquisadores sobre como trabalhar com a temática. O campo de enfrentamento de posições políticas definidas a respeito da migração é amplo e envolve a compreensão de vários fenômenos. Apesar disso, o fenômeno migratório certamente é um dos elementos essenciais para a compreensão da relação campo-cidade.

Não existe [...] um corpo uniforme de estudiosos e planejadores a examinar um conjunto de fenômenos consensualmente delimitado. Ocorre, ao contrário, um campo de enfrentamento de **posições políticas** a respeito da migração, o qual será aqui designado como constituindo a *questão migratória* (PÓVOA NETO, 1999, p.45, *grifo no original e grifo nosso*).

Apesar da inexistência de uma situação consensual, é possível agrupar os enfoques referentes à questão migratória em três grupos, ou troncos teóricos: 1) concepção neoclássica; 2) concepção histórico-estrutural; e 3) concepção baseada no conceito de mobilidade do trabalho.

A concepção neoclássica apresenta uma análise descritiva, dualista e setorial do fenômeno migratório. Ela dá enfoque às causas econômicas isoladas e pontuais e considera as características dos indivíduos como principais motivadores do movimento migratório. O migrante, para os neoclássicos, são portadores de trabalho e, portanto, possuem importância significativa no processo produtivo. O espaço, nessa perspectiva, apresenta pontos prósperos e pontos decadentes do ponto de vista econômico, tendo em vista a noção de equilíbrio do espaço. As condições de mercado são universais e os indivíduos são seres plenos de racionalidade econômica (PÓVOA NETO, 1999).

Um problema grave presente nessa perspectiva é a ausência de uma tentativa de compreensão histórica das migrações. Por esse motivo e pelos demais que foram apresentados (enfoque demasiado no indivíduo, concepção de mercado de trabalho homogêneo e pontual, enfoque causal e isolado), não adotaremos essa perspectiva. Ela não nos ajuda a ler de forma satisfatória as questões e problemas que são apresentados entre os quilombolas da Poça.

O segundo tronco teórico a que devemos nossas considerações é aquele que segue a perspectiva histórico-estruturalista. Essa perspectiva apresenta uma visão processual, ou seja, histórica da migração. O enfoque não é causal e pontual, mas dialético, considerando a trajetória sempre dos grupos sociais e classes e não dos indivíduos. A migração não é um fenômeno natural. Não se trata apenas de um movimento populacional, de deslocamento entre dois pontos, de fluxos sobre o espaço, como na perspectiva neoclássica. A migração é historicamente produzida, é produto humano, é fenômeno social (PÓVOA NETO, 1999).

A migração é encarada portanto como **fenômeno social**, o que permite a sua compreensão junto aos demais processos da sociedade. Do ponto de vista da operacionalização [...], desvaloriza-se a realização de inquéritos junto a migrantes, já que os indivíduos, apesar de serem fonte de informação, não trazem em si a explicação dos processos vivenciados. A compatibilização entre níveis macro e micro de pesquisa é, nesse caso, uma dificuldade básica para o pesquisador que adota o enfoque histórico-estrutural (PÓVOA NETO, 1999, p.50, grifo nosso).

Se o modelo neoclássico apresentava a extrema racionalidade do ser, o enfoque histórico-estrutural tira totalmente de contexto os indivíduos e insere o grupo social como recorte da análise científica, menosprezando os empreendimentos individuais e seus motivos. Se a primeira perspectiva apresenta um ativismo demasiado do indivíduo, a segunda é excessivamente determinista. Como procuramos uma análise mais profunda da realidade, envolvendo múltiplas escalas, esse tronco teórico apresenta muitas limitações, o que prejudicaria nossa tentativa de compreensão da realidade caso tivéssemos que adotá-lo.

O terceiro tronco teórico tem como base o conceito de *mobilidade do trabalho*. Esse conceito leva em consideração fundamentalmente o processo de constituição da força de trabalho como mercadoria. De acordo com essa perspectiva, o *trabalho* não é imanente à “natureza humana”, mas sim uma criação humana. Ele é, portanto, *social e histórico* (PÓVOA NETO, 1999).

Enquanto possuidor dos meios necessários para a produção, ou mesmo enquanto escravo, o ser humano não poderia ser um comerciante de sua própria força de trabalho; não poderia, portanto, servir à reprodução ampliada de capital e, assim, o capitalismo não poderia existir. Foram necessárias, portanto, algumas condições que, entre outras coisas, garantiram a *liberdade* do ser humano. Essa *liberdade*, porém, é contraditória: de um lado, o trabalhador deve ser livre, ou seja, livre para dispor de acordo com sua própria vontade de sua força de trabalho, como uma mercadoria que lhe pertence; de outro, o trabalhador deve ser livre dos meios de produção essenciais para sua sobrevivência, ou seja, não deve dispor de nada mais para vender além de sua própria força de trabalho (GAUDEMAR, 1977).

Jean-Paul de Gaudemar (1977) aponta três processos essenciais para a existência do capitalismo que estão ligados à *mobilização da força de trabalho*: 1) produção das forças de trabalho;

2) utilização das forças de trabalho no processo de produção; 3) circulação das forças de trabalho entre as diferentes esferas (sociais e espaciais) de produção. Aqui, então, aparece como fundante, para a compreensão do modo de produção capitalista, a noção de mobilidade do trabalho.

Designa-se, com o conceito de mobilidade do trabalho, um processo abrangente, no qual os homens tornam-se crescentemente disponíveis para a utilização compulsória de sua força de trabalho nos moldes capitalistas. O deslocamento no espaço seria, segundo tal perspectiva, apenas uma dimensão de tal processo. O mesmo implicaria, em primeiro lugar, na *produção da força de trabalho*, momento da aquisição de sua mobilidade por parte do trabalhador, designado por Marx como sendo o da acumulação primitiva; em segundo, na *utilização da força de trabalho*, onde se aprofunda a divisão do trabalho; finalmente, na *circulação da força de trabalho*, momento da submissão do trabalhador às forças de mercado, deslocando-se (espacial e/ou setorialmente) entre os diversos ramos da atividade econômica (PÓVOA NETO, 1999, p.53, grifo no original).

Portanto, a força de trabalho, como compreendida na literatura marxista clássica, não é um fenômeno natural, mas algo que depende de determinadas condições sociais e históricas para existir. A migração entra, nesse sentido, como elemento fundamental e contraditório do processo mais amplo de mobilização do trabalho.

A existência de uma massa móvel de trabalhadores não significa, assim, uma condição permanente da humanidade, tendo sido, ao contrário, produzida pelo próprio processo de desenvolvimento capitalista. Mais que uma liberdade individual de escolha de localizações possíveis para a venda da força, tem-se um constrangimento sobre o trabalhador que lhe impõe o deslocamento como estratégia de sobrevivência (PÓVOA NETO, 1999, p.53).

O processo de *mobilização do trabalho*, tal como foi apresentado por Gaudemar (1977), pode ser mais ricamente apreendido se retomarmos as reflexões presentes no livro *Fronteira*, de José de Souza Martins (1997b). Apesar de tratar essencialmente sobre a temática da escravidão por dívida no Brasil, no debate que nos acerca, a reflexão, expressa nos termos abaixo, rompe os limites dessa temática, podendo ser útil na compreensão de outros fenômenos:

Essa modalidade de exploração do trabalho se traduz em acumulação primitiva porque é, em parte, produção de capital no interior do processo de reprodução ampliada de capital. Isso fica claro se entendermos que, historicamente, pode-se falar em **reprodução capitalista de capital**, reprodução de capital com base em relações formalmente capitalistas de produção. Mas não se pode falar em **produção capitalista de capital**, pois a produção de capital envolve mecanismos e procedimentos próprios da acumulação primitiva. Envolve, portanto, a conversão de meios e situações não capitalistas ou pré-capitalistas em instrumentos da produção capitalista propriamente dita, isto é, produção de mais-valia. Essencialmente, o que define o processo não é o

resultado, mas o *modo* como foi obtido, isto é, o modo de produção do excedente econômico: o resultado é capital, é capitalista, mas o modo de obtê-lo não é (MARTINS, 1997b, p.81, grifos no original).

Apesar da situação que apresentamos aqui ser muito diversa daquela que Martins (1997b) analisa, o que se pode dizer é que a migração na comunidade da Poça, bem como a atuação de sujeitos econômicos específicos, como os atravessadores, por exemplo, são mecanismos típicos da acumulação primitiva de capital, que não deixam de ser propriamente capitalistas, mas que não são elementos da reprodução de capital propriamente dita apenas, mas da *produção de capital*. A diferença que queremos constatar, portanto, expressa-se nos termos *produção e reprodução* do capital. Porém, diferentemente de Martins, o enfoque aqui dado norteia-se mais pela lei do desenvolvimento desigual e combinado que em termos do “[...] atraso do real em relação ao possível” (MARTINS, 2008, p.104).

Nesse sentido, constatamos, do ponto de vista teórico, que um dos elementos essenciais presentes no capitalismo é a propriedade. Seja a propriedade da terra ou dos meios de produção produzidos enquanto mercadorias, como as máquinas, por exemplo. A essência dessas mercadorias, ou supostas mercadorias no caso da terra, está não só na duplicidade entre valor de uso e valor de troca, mas na propriedade, que garante a exploração da força de trabalho, quando da emancipação legal desta.

A propriedade da terra garantiu, no Brasil, a exploração dos colonos quando a Abolição da Escravidão tornou-se inevitável, tanto socialmente, como, e principalmente, economicamente. Já na escravidão, a propriedade do escravo garantia sua exploração. Quando o escravo é liberto, surge então o cativo da terra. A liberdade do indivíduo, fundada na separação do ser humano de sua força de trabalho, é condicionada à propriedade das coisas, dos meios de produção. Tal propriedade possibilita a exploração da força de trabalho, pois é ela, e não a propriedade, que cria valor.

A propriedade do escravo se transfigura em propriedade da terra como meio para extorquir trabalho do trabalhador e não para dele extorquir renda em trabalho e produto. A renda territorial capitalizada não se constitui como instrumento de ócio, mas instrumento de negócio. (MARTINS, 2013, p.48)

Aparentemente, o maior equívoco de José de Souza Martins é considerar que o regime de colonato não constituía uma forma clássica de reprodução ampliada do capital. Mas esse equívoco advém de uma leitura muito bem feita das obras de Marx. Isto porque Marx procurava uma lei geral do desenvolvimento do capitalismo, tendo essencialmente como base para seus estudos empíricos a Inglaterra. O clássico, neste caso, é um *modelo* de análise materialista da realidade, a partir do qual a empiria deveria apontar as contradições presentes nas relações que engendram o modo de produção capitalista. Isso José de Souza Martins faz.

O esforço aqui é para demonstrar, portanto, que não tentamos acusar erro algum, mas uma leitura que, partindo de Marx, difere um pouco de Martins no sentido de considerarmos a renda o elemento histórico essencial, com origem pré-capitalista inclusive, e que motiva e possibilita a exploração do trabalho, pois, apesar de aparentemente ser apenas um elemento que pode ou não estar associado à reprodução ampliada do capital, é fundamentalmente o elemento que possibilita a produção de capital a partir da propriedade. Nesse sentido, a propriedade antecede o capital em termos históricos, sem deixar de ser, atualmente, capitalista. Diferentes processos de constituição da propriedade constituem diferentes processos de produção e reprodução ampliada de capital. Em outras palavras, a história do capital é a história da propriedade privada.

A propriedade da terra, nesse sentido, em nada difere da propriedade de qualquer outro meio de produção. O incômodo presente nas discussões da economia política está associado essencialmente ao fato de que a terra não é, de acordo com o primeiro capítulo do capital, uma mercadoria, pois não é produto do trabalho. Nesse sentido, nem o minério de ferro que constitui as máquinas das empresas pode ser considerado uma mercadoria. Porém, se levarmos em conta que a mercadoria é um produto social, essa mesma consideração não diz respeito somente à linha de produção, mas também ao surgimento de uma consciência mercantil, ou seja, a mercadoria é tão material quanto conceitual e, a partir do momento que ela deixar de ser uma coisa, ela também deixa de ser outra.

De qualquer forma, independentemente da “natureza” do solo ou do minério de ferro presente na máquina, é a *propriedade* social e historicamente produzida e legalmente garantida que possibilitam a extração tanto da renda como do lucro, que nesse sentido não diferem em nada uma da outra, já que ambas são produto do trabalho. Aliás, a defesa que aqui apresentamos é que, *sem renda não há lucro*, pois para haver reprodução ampliada de capital, como apontado pela literatura clássica, é preciso ocorrer produção de capital, ou seja, produção da *propriedade* no sentido mais amplo possível⁹.

No caso do quilombo da Poça, pode-se dizer que há produção de capital porque, por um lado, o jovem quilombola, quando atua como migrante e vai se empregar nas cidades, tornando-se mão de obra, *capital variável*, ele o faz sem antes em sua vida ter necessariamente dependido do salário para sobreviver, pois nem ele e nem seus pais eram assalariados. Até então, sua vida era a materialização do trabalho da comunidade (trabalho necessário + trabalho excedente, este apropriado como *fatura*, excedente possibilitado pela potencialização do trabalho promovida pela *natureza* e pela *comunidade*, em outras palavras, *renda*), que era apropriado por esses sujeitos a partir das relações estabelecidas com a família, com os amigos e com a comunidade em geral.

⁹ Para mais informações, consultar MARX, Karl. Conversão do Lucro Suplementar em Renda Fundiária. In: _____. *O Capital* (Crítica da Economia Política). 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981. Livro Terceiro, parte VI, p.704-1079.

Com a inserção do jovem quilombola no mercado de trabalho, quem irá se apropriar do valor produzido pelo trabalho desses sujeitos, no fim do processo, não será mais a comunidade quilombola, mas o empregador, pois, enquanto mercadoria-força de trabalho, seu valor e utilidade já estão determinados para além do domínio da comunidade. A contradição fundante desse processo de expropriação pode ser expressa da seguinte maneira: vivendo como jovem quilombola, o sujeito se produz e reproduz para atuar como força de trabalho e, atuando como força de trabalho, ele garante sua sobrevivência enquanto jovem quilombola. Porém, o saldo da emigração é cada vez mais negativo para a comunidade, já que o salário arremetido pelos jovens migrantes é sempre menor do que aquilo que ele produz enquanto força de trabalho ou do que aquilo que ele produziria se trabalhasse na própria comunidade.

O valor a mais produzido, no caso da comunidade da Poça, que serviria para o fortalecimento da comunidade, é expropriado nas relações que seus moradores estabelecem com o mercado¹⁰. Nesse sentido, a ação do atravessador é também um elemento do processo de produção de capital¹¹, pois ele extrai a renda que está materializada nas mercadorias que são produzidas pelos quilombolas. Nesse caso, quem se apropria de grande parte do valor produzido pela comunidade não é o quilombola, mas o atravessador, como pode ser observado no relato abaixo:

E dá um lucro grande tudo pro atravessador. Porque você pode ver bem. Um quilo de banana hoje, eu estive vendo em Eldorado ontem, por exemplo: um quilo de banana prata [está] R\$3,90, a nanica R\$2,90, sabendo que uma caixa estamos vendendo por cinco, seis. Você vê, com cinco quilos de banana dá pra vender uma caixa de banana, que dá quase trinta quilos. Dá vinte e cinco quilos uma caixa. Tem caixa que os caras pesam aí que dá trinta quilos. Você vê pelo lucro deles. Ele [atravessador] que venda a caixa de trinta quilos a dois reais o quilo, que seja, ele vai ganhar o que? Sessenta reais. Enquanto ele paga cinco aqui pro produtor. Com trinta dias ainda. Dá um cheque de trinta dias. Quando não volta o dinheiro ainda. Porque o feirante só paga à vista pra quem leva pra ele. Tudo o que o feirante recebe lá é à vista. Chegou lá, descarregou, “tá aqui o dinheiro” (informação verbal)¹².

O atravessador é o sujeito que, possuindo um meio de transporte de carga, como um caminhão, por exemplo, compra a banana dos produtores que não possuem tal meio e vende a um preço maior em um local determinado. Se o atravessador paga cinco reais por uma caixa de vinte e cinco quilos de banana e vende cada quilo a dois reais que seja, mesmo depois de descontado o custo

¹⁰ Não apenas o trabalho excedente, o valor a mais, mas também o trabalho necessário, legando profunda miséria e significativas dificuldades socioeconômicas nessas áreas.

¹¹ A produção de capital, conforme citamos aqui, é sinônimo de produção de propriedade no sentido que possibilite a reprodução ampliada de capital.

¹² Entrevista realizada com Donizete, no Quilombo da Poça, em 29/03/2013.

do frete (gasolina, etc), seus ganhos ainda são exorbitantes, se comparados aos dos próprios produtores do fruto, ou seja, os quilombolas, neste caso.

A diferença entre o montante pago pelo atravessador ao quilombola e aquele que ele recebe quando vende as bananas, chamada pelo entrevistado de *lucro*, é, na verdade, *renda de monopólio*. O valor materializado em banana, primeiramente, e em dinheiro, ao fim do processo, é apropriado não pelos quilombolas, mas pelo detentor do veículo de transporte. Essa renda poderá se transformar em meios de produção ou em outras mercadorias diversas ao final do processo, mas não mais pertencentes aos quilombolas.

Destarte, enquanto a migração promove o êxodo dos jovens quilombolas, ela também é um mecanismo de expropriação de riqueza, de fartura, tanto quanto a ação do atravessador o é. O valor que será incorporado ao processo produtivo seja na forma de força de trabalho (jovens quilombolas), seja na forma de meios de produção (propriedade) ou na de bens de consumo (outras mercadorias). Assim, o que se pode perceber é que tanto a migração, como a atuação dos atravessadores, são fenômenos extremamente negativos para a comunidade da Poça, mas que pertencem aos processos mais amplos de *produção de capital* e *mobilização do trabalho*, ambos essenciais para a manutenção da reprodução ampliada de capital. Nesse sentido, a luta das comunidades quilombolas é também uma resistência ao modo de produção capitalista, por mais que essas comunidades estejam inseridas, ainda que de forma marginal, na sociedade capitalista mais ampla.

Para o caso de compreendermos a mobilização do trabalho como elemento tanto da reprodução ampliada de capital como da *produção de capital*, a transição de uma economia de excedentes para uma economia marcadamente mercantil, como foi observada no decorrer da história da comunidade da Poça, não é um processo meramente sintomático. O que se observa, no decorrer dos anos, é uma alteração da relação da comunidade com a cidade. Essa relação com a cidade, hoje, é mais complexa que a do passado, pois, além das mercadorias que eram habitualmente compradas (sal e tecidos essencialmente – aquilo que a comunidade não poderia produzir), há também marcado processo de expropriação e efetiva mobilização da força de trabalho.

Houve uma mudança, portanto, nas relações estabelecidas pela comunidade com a cidade. Se anteriormente esta era apenas um mercado de bens de consumo para os moradores do quilombo (e apenas de alguns bens de consumo específicos), com a complexificação das relações observada na história da Poça, a cidade parece ter ampliado suas funções, tornando-se para a comunidade o que sempre foi para a sociedade moderna: mercado de bens de consumo, de bens de produção e de força de trabalho; meio e objeto da reprodução ampliada de capital; e parte essencial do processo de produção de capital.

Tal situação pode ser muito bem visualizada, tanto entre os remanescentes de quilombo da Poça, quanto do Mandira.

b. O Caso da Comunidade do Mandira

Os moradores da comunidade quilombola do Mandira possuem orgulho em serem reconhecidos como mandiranos. De acordo com o Sr. Chico Mandira¹³, uma das lideranças da comunidade, tempos atrás, quando ainda não havia sido criada a Associação de Moradores e da Cooperostra¹⁴, período no qual eles viviam da coleta ilegal da ostra, os moradores do sítio Mandira sofriam um preconceito muito grande e tinham vergonha da condição em que viviam por serem catadores de ostra, por morarem na zona rural e por serem negros.

Com os trabalhos realizados na comunidade a partir da década de 1990, aos poucos, essa realidade foi mudando drasticamente, permitindo a elevação da autoestima, inclusive, dos jovens mandiranos. Quando questionados se já haviam sofrido algum tipo de preconceito explícito por parte de alguém que não fosse mandirano, nenhum desses jovens respondeu afirmativamente, diferindo, e muito, dos relatos dos adultos e dos idosos.

Dos jovens entrevistados, todos eles pretendiam realizar algum curso técnico – em turismo, em agronomia, em informática etc. –, indicando, como principal motivo de uma possível permanência na comunidade, a família; mesmo que alguns tenham afirmado desejarem morar, trabalhar e estudar na cidade.

Quando questionado sobre o que gostaria de fazer, agora que já havia acabado de cursar o ensino médio, Alexandre¹⁵ (18 anos, Ensino Médio completo) respondeu: “agora é arranjar emprego [e], quando estiver mais pra frente, fazer algum curso”; mesmo que seu desejo seja, sobretudo, o de ficar na comunidade: “se desse pra trabalhar aqui e morar aqui é o melhor, porque sair pra cidade é pagar aluguel, conta de água... Aqui é tudo de graça”; “pra fora tem um custo maior. Aqui pra mim tá perto da família”.

Rúbia¹⁶ (17 anos, Ensino Médio completo) disse que gostaria de fazer um curso de Letras, já que gosta muito do assunto, mas que prefere morar no sítio. Porém, se houvesse a oportunidade de morar em alguma cidade, preferiria que fosse em Curitiba (Paraná), principalmente pelo fato de já ter um irmão que mora e trabalha lá.

¹³ Entrevista realizada, com o Sr. Chico Mandira, em 30/03/2013.

¹⁴ Cooperativa dos Produtores de Ostra de Cananeia.

¹⁵ Entrevista realizada, com Alexandre, em 30/03/2013.

¹⁶ Entrevista realizada, com Rúbia, em 30/03/2013.

Bruno¹⁷ (17 anos, cursando o último ano do Ensino Médio), quando questionado sobre o que fará depois que terminar o Ensino Médio, respondeu-nos: “Eu pretendo sair da comunidade e procurar emprego”; sendo que a cidade escolhida é Curitiba (Paraná), pois tem uma irmã que mora lá e trabalha de atendente. Por mais que seu desejo também seja o de dividir sua vida entre a comunidade e a capital paranaense, sobretudo por conta da família que mora na comunidade.

Renata¹⁸ (17 anos, cursando o último ano do Ensino Médio) afirmou que, quando acabasse de cursar o Ensino Médio, gostaria de “sair daqui [do Mandira], procurar um emprego, fazer faculdade [de Nutrição]”, em Registro, por mais que o seu desejo seja o de residir em Jacupiranga, onde já estão alguns de seus parentes.

Para Renata, o sentido de realizar um curso superior se coloca como possibilidade de ascensão social: “ah, pra ter um *futuro melhor*, sei lá” e “não muito, mas é preciso”. Para ela, ainda, não é possível vislumbrar opções de trabalho e de vida na comunidade: “[...] porque não tem futuro aqui, né? Não tem o que mulher fazer aqui, praticamente. A não ser ir pra maré [trabalhar na engorda da ostra]. Pra maré eu não quero. Eu quero ter um futuro melhor”; e “ah, porque não tem emprego pra mulher. Se a mulher quer trabalhar ou ela fica dona de casa ou ela fica na maré e eu acho que eu não quero nem ficar dona de casa nem ir pra maré”.

Alexandro¹⁹, quando questionado sobre o porquê dele querer ir trabalhar numa indústria ao invés de trabalhar com a ostra, respondeu “[...] que lá a gente ganha mais, né? Ganha mais do que aqui também [...]”, mesmo que não fosse conhecido o que se poderia alcançar, em termos monetários, com a engorda da ostra.

Como avaliamos para o caso da Poça, as conquistas alcançadas no Mandira também são fator de permanência para as famílias que ali moram, porém, para os jovens, essas conquistas abriram um leque de possibilidades. Muitas vezes, estes jovens são incentivados pelos pais a buscarem um futuro melhor e mais seguro do que o de trabalhador na maré (com a ostra) tem oferecido para eles. E esse futuro, geralmente, tem como pano de fundo a cidade.

Destarte, as conquistas alcançadas pelos quilombolas dessas duas comunidades, que aparentemente têm como objetivo a permanência das mesmas, contraditoriamente possibilitam a saída dos indivíduos mais jovens, o envelhecimento das comunidades e, conseqüentemente, o seu fim.

O caso do Quilombo do Mandira, do ponto de vista da Economia Política, não difere do caso da comunidade da Poça, a não ser no fato de que, no Mandira, em geral, não há mais a presença do atravessador, eliminado depois da criação da Cooperostra, por mais que não haja restrição em relação

¹⁷ Entrevista realizada, com Bruno, em 30/03/2013.

¹⁸ Entrevista realizada, com Renata, em 30/03/2013.

¹⁹ Entrevista realizada, com o Sr. Chico Mandira, em 30/03/2013.

à comercialização das ostras pelos mandiranos por outros canais possíveis, a partir dos quais, ainda, pode existir o atravessador.

A emigração dos jovens promove a expropriação do valor (produto do trabalho) que caberia à comunidade, bem como reduz a disponibilidade de mão de obra. Além do mais, a criação de empecilhos legais e de ordem burocrática para a manutenção das roças, por estarem em área de conservação de Mata Atlântica, com restrições de uso, limita a possibilidade de reprodução da comunidade, forçando o aumento das relações estabelecidas com o mercado. Esta *mercantilização* das práticas (re)produtivas, mesmo que sem a atuação do atravessador, contribui para a perda do controle do processo produtivo. Assim, o caso do quilombo do Mandira pode ser elucidativo na compreensão da perda crescente da autonomia do trabalho.

Anteriormente, quando era possível a manutenção de uma economia de excedentes nesta comunidade, quando os próprios mandiranos plantavam a maior parcela de sua subsistência, necessitando se relacionar minimamente com o mercado para a compra daquilo que fosse impossível de se produzir na própria comunidade, os seus moradores eram responsáveis pela reprodução de sua própria força de trabalho e eram minimamente explorados na relação com o mercado, já que forneciam produtos baratos, como o arroz, por exemplo, responsável pela manutenção de uma pequena população urbana existente na região, inclusive anteriores à formação da comunidade, desde o século XVI.

Com a possibilidade de criação de uma reserva de proteção integral na área ocupada pelos mandiranos, na década de 1990, eles se organizaram e lutaram pelo surgimento da Reserva Extrativista, aprendendo a engordar a ostra e tornando-se política e legalmente dependente dela.

Assim, os mandiranos foram forçados a se inserir de forma mais eficiente no mercado, pois dele passaram a depender substancialmente. Para isso, criaram a Cooperostra. Por trás dessa melhor inserção, que significou a eliminação dos atravessadores, por exemplo, o que se vê é a fragilização e maior inserção da comunidade nas relações de mercado, de compra e venda de mercadorias, ou seja, a maior subordinação da mesma aos anseios e desejos urbanos.

Os casos das comunidades quilombolas do Mandira e da Poça são exemplares na leitura de caminhos distintos trilhados por sujeitos com origens étnicas semelhantes, mas com mediações diversas com o ambiente em que se inserem; ambas no Vale do Ribeira paulista, porém a primeira com práticas caiçaras muito fortes, enquanto a segunda transformada em pequenos produtores, inicialmente, policultores e, em seguida, monocultores na produção de banana.

A reconstrução de suas histórias, de seus modos de vida e de suas apropriações territoriais é fundamental para pensar em práticas produtivas que valorizem as trajetórias culturais dos sujeitos

envolvidos e manejos ambientais menos degradantes, em grande medida como vem ocorrendo com a comunidade quilombola do Mandira no uso do mangue para engorda da ostra.

Nesse sentido, um processo fundamental deve ser destacado para que se possa compreender os impactos da manutenção de um modelo preservacionista de proteção da natureza: a subordinação ao mercado a que foram submetidas as comunidades quilombolas.

Essa maior inserção é problemática no sentido que, por um lado, o Capital, de acordo com a leitura clássica, determina-se, entre outros fatores, pela mediação essencial, necessária e suficiente com o mercado. Assim, há mercados não só de bens de consumo e de bens de capital, mas também de mão-de-obra. A força de trabalho, abstraída do trabalhador, torna-se mercadoria com o desenvolvimento do capitalismo.

Por outro, o Mandira se insere de forma particular no mercado, por meio da engorda da ostra e de sua comercialização. Apesar de se relacionar diretamente com o mercado de bens de consumo e de capitais, não estabelece relação direta, apenas indireta, com o mercado de mão-de-obra, pois a própria comunidade produz e reproduz sua força de trabalho. Porém, se aparentemente a ligação com o mercado de trabalho é a mais fraca e incipiente, a que mereceria menos atenção do pesquisador, de fato não é o que se processa. O elo mais fraco se mostra o ponto mais essencial da relação, pois *não é ostra que se produz no Mandira, mas mão-de-obra e, portanto, capital.*

Nesse sentido, três processos são importantes: 1) o dilema ambiental e fundiário e a criação da reserva extrativista; 2) a relação dos mandiranos com a cidade e a criação da Cooperostra; e 3) a emigração dos jovens.

A criação da reserva extrativista, apesar de aparentemente positiva, trouxe muitos problemas para a viabilização econômica da comunidade em termos de autonomia do mercado, forçando um maior relacionamento com a cidade, a criação da Cooperostra e, conseqüentemente, uma maior dependência do mercado, seja de bens de consumo ou de produção.

A engorda da ostra ocorre com base no trabalho familiar e, a partir dela, as famílias do Mandira retiram sua renda, possibilitando assim a compra dos produtos essenciais à subsistência, como arroz, feijão, carne, entre outros. Além deles, os produtos tecnológicos e culturais, como celulares, aparelhos de som, CDs etc. Com a ostra, os produtores viabilizam a educação de seus filhos, que vão para as cidades mais próximas estudar diariamente.

Outra atividade geradora de ganhos no quilombo é o turismo. Anualmente, a comunidade recebe centenas de turistas, atuando seus membros como guias e cozinheiros, bem como recebendo os visitantes em suas casas, em certos casos.

O maior contato e dependência com os mercados urbanos, bem como com a educação fundamentalmente urbana que os jovens recebem, associados à luta pela terra, à pressão ambiental, à violência e ao preconceito, produzem resultados, então, que fogem do controle dos mandiranos.

Do ponto de vista da literatura clássica, a produção de mercadorias, no capitalismo, deve obrigatoriamente ocorrer com base em relações de assalariamento, ou seja, com base na total mediação com o mercado. A produção da ostra no quilombo do Mandira não ocorre dessa maneira, pois não envolve assalariamento no processo produtivo, mas somente e tão somente trabalho familiar. Há a produção de uma mercadoria, de algo que vem a ser uma mercadoria no mercado de bens de consumo, mas isso não ocorre a partir da relação clássica de assalariamento. Isso porque, quando os mandiranos produzem a ostra, na verdade eles estão se produzindo e reproduzindo, ou seja, eles garantem sua sobrevivência, se reproduzem e mantêm a comunidade viva.

A engorda das ostras e o turismo deveriam ser capazes de produzir, portanto, *fartura* na comunidade. Poder comer e viver tranquilamente, sossegadamente, sem temer a falta de qualquer coisa que fosse essencial para a vida. Para as novas gerações, porém, e para as velhas também, nas últimas décadas, a noção de *fartura* vem sendo ressignificada, estando cada vez mais atrelada ao mercado de bens de consumo, que se torna um limitador da vida da comunidade, haja vista o potencial limitado de realização econômica dos mandiranos, do ponto de vista da produção de mercadorias, especialmente a da ostra.

Associado a essa maior ligação com o mercado e às novas necessidades que ele produz, encontra-se a dificuldade de reprodução da comunidade, sobretudo por conta das restrições ambientais.

Levando esses elementos em consideração – o dilema ambiental e a maior dependência do mercado de bens de consumo –, o que se tem, como resultado, é um processo oriundo, portanto, de questões econômicas, políticas e sociais: a emigração do jovem quilombola. Esse processo completa, quando esse jovem se assalaria, a produção de força de trabalho, a partir da qual o empregador vai extrair não apenas o mais-valor oriundo do processo de reprodução ampliada de capital, mas o valor advindo de outra categoria de processo produtivo, valor este que, se o jovem não tivesse emigrado, deveria ter sido apropriado pela comunidade. Porém, com a inserção dos jovens no mercado de trabalho, esse valor é expropriado no processo produtivo, o que é possibilitado pela subcontratação, por exemplo, ou, mesmo quando isso não acontece, pela contratação de mão-de-obra estranha ao processo produtivo clássico, mas de forma alguma estranha ao capitalismo. Por isso é que se conclui: ao engordar a ostra, o que o quilombo do Mandira produz, de fato, é mão-de-obra, força de trabalho emancipada no processo emigratório.

Essa reflexão inclui fenômenos particularmente diferentes, do ponto de vista histórico, daqueles que ocorrem na Poça, mas os processos são essencialmente os mesmos: *produção de capital* viabilizada pela *mobilização do trabalho* por meio de artifícios extremamente violentos e expropriatórios, nos quais se inclui a luta pela terra, o dilema ambiental e a inserção crescente nos mercados urbanos.

A produção de capital aqui se dá essencialmente como produção de força de trabalho. A propriedade coletiva da terra e os direitos conquistados com o reconhecimento da comunidade como remanescente de quilombo, bem como a criação da Cooperostra, não impedem o empobrecimento lento e gradual da comunidade devido à sua inserção precária em uma sociedade dominada pelo Capital.

A comunidade do Mandira encontra-se no mesmo *cabo de guerra*, portanto, entre a permanência e a migração de seus jovens que observamos na comunidade da Poça.

As comunidades da Poça e do Mandira, portanto, estabelecem relações e estão associadas a processos mais amplos que os de natureza eminentemente interna. A luta pela posse da terra e a permanência de seus indivíduos passam pelo processo de mobilização do trabalho. Tais relações e processos são determinantes para o futuro das comunidades quilombolas da Poça e do Mandira, mas, também, do Vale do Ribeira de Iguape e do Brasil em geral.

REFERÊNCIAS

- CARVALHO, Maria Celina Pereira de. *Relatório técnico-científico sobre a comunidade de quilombo da Poça, localizada nos municípios de Jacupiranga e Eldorado/São Paulo*. São Paulo: ITESP, 2006.
- GAUDEMAR, Jean-Paul de. O conceito marxista de mobilidade do trabalho. In: _____. *A mobilidade do trabalho e acumulação do capital*. Lisboa: Estampa, 1977. cap. 5, p.185-211.
- LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. Tradução de T. C. Netto. São Paulo: Documentos, 1969.
- MARTINS, José de Souza. *A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala*. 2ed. São Paulo: Contexto, 2008.
- MARTINS, José de Souza. *Capitalismo e Tradicionalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrária do Brasil*. São Paulo: Pioneira, 1975.
- MARTINS, José de Souza. *Exclusão social e a nova desigualdade*. São Paulo : Paulus, 1997a.
- MARTINS, José de Souza. *Fronteira: A degradação do Outro nos confins do humano*. 5ed. São Paulo: HUCITEC, 1997b.

- MARTINS, José de Souza. *O Cativo da Terra*. 9ed, 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2013. 282p.
- MARX, Karl. A assim chamada acumulação primitiva. In: _____. *O Capital* (Crítica da Economia Política). São Paulo: Boitempo Editorial, 2013. cap. 24, p.785 – 834.
- MARX, Karl. Conversão do Lucro Suplementar em Renda Fundiária. In: _____. *O Capital* (Crítica da Economia Política). 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981. Livro Terceiro, parte VI, p.704-1079.
- OLIVEIRA, Régia Cristina. A constituição de si e a significação do mundo: uma análise sociológica sobre jovens trabalhadores. 2006. 291f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Departamento de Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
- PÓVOA NETO, Helion. Migrações internas e mobilidade do trabalho no Brasil atual – Novos desafios para a análise. In: HEIDEMANN/SILVA (org.). *Coletânea de textos do Simpósio Internacional – Migração: nação, lugar e dinâmicas territoriais*. São Paulo: HUMANITAS/USP, 1999, p.45-56.
- RANGEL, Kátia Souza. *De bairro rural a território quilombola: um estudo da comunidade do Mandira*. 2011. 227f. Dissertação (Mestrado em Ciências – Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2011.
- SANTOS, Kátia M. Pacheco dos; TATTO, Nilto (Eds.). *Agenda socioambiental de comunidades quilombolas do Vale do Ribeira*. São Paulo: ISA, 2008.
- SOUSA, Alexsandro Alexandre Gomes de. *Limites da propriedade privada absoluta; Luta das Comunidades Quilombolas Poça e Peropava pelo Direito de Posse no Vale do Ribeira/SP*. 2011. 250 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.
- SISTEMA DE INFORMAÇÕES DO RIBEIRA DE IGUAPE E LITORAL SUL (Sigrb). Disponível em : <www.sigrb.com.br> . Acesso em 18 set. 2014.